

Únida

Força para negociar

16 JUN 1984

ORTEIRO BRASILEI

Coube ao Chefe do Governo alemão Helmut Kohl, da Alemanha Ocidental, dar o tom que poderá marcar a intensidade a ser imposta aos entendimentos entre os países devedores e os países credores nas questões relativas ao endividamento externo.

Kohl que deverá visitar a Argentina e o México, no próximo mês de julho, falando à imprensa, exigiu mais sacrifícios das nações endividadas para pagar seus débitos. Mencionando expressamente o Brasil, o dirigente germânico disse textualmente que o nosso País "além de outros endividados constitui uma das maiores dores de cabeça para a consolidação do orçamento público alemão".

Como se vê Kohl ratifica para a imprensa de seu país o que subscreveu em Londres. O pagamento tem que ser feito e deverá ser feito. Mesmo com mais sacrifícios.

Em contraposição a tais assertivas, do outro lado do Atlântico, ou mais precisamente, na qualificada tribuna da Escola Superior de Guerra, o Ministro da Fazenda do Brasil fala alto e bom tom que o principal da dívida do nosso País ficará em ser. "Não vamos pagar dívida alguma. Os banqueiros sabem disso. Vamos pagar os juros. Quando o dinheiro não der, os banqueiros nos emprestarão mais para continuarmos a pagar os juros".

Com essa franqueza, definindo-se através de uma fórmula simples e objetiva, o Sr. Ernane Galvães mostrou, simultaneamente com as colocações do Premier alemão, qual deverá ser a atitude brasileira no particular.

O tema, no entanto, apresenta um terceiro ponto de amarração

com a próxima reunião a realizar-se em Cartagena, na Colômbia, onde os países devedores da América Latina vão ajustar uma estratégia a ser desenvolvida junto aos credores mundiais.

Diante do que afirmou Kohl em Bonn: "Só para o Brasil garantimos negócios no valor de 17 bilhões de marcos. Acho que nem preciso dizer o que isto significa para nós quando essas dívidas a empresários alemães não são pagas. O dinheiro do contribuinte alemão tem que ser usado. Esse foi um dos problemas que discutimos em Londres", o que fazer, como proceder e como continuar negociando? Mais importante ainda, como serão conduzidas as discussões em Cartagena com vista a uma postura internacional?

Como preâmbulo político para as discussões de Cartagena os acontecimentos aqui abordados e os conceitos emitidos, tanto em Bonn, quanto na ESG, servem de roteiro para alinhamento. Como suporte para garantir posicionamento firme na ação a ser estruturada, na cidade colombiana, um fato novo, de grande força persuasiva está em vias de consolidar-se definitivamente. A economia brasileira vem reagindo bem com os indicadores de aumento de produção, de contração dos índices de desemprego, enfim, de melhoria acentuada nos graus de desempenho dos setores de transformação. O fim do túnel da recessão começa a clarear, sinal evidente de que ali a luz se fará.

No início da próxima semana os ministros do Planejamento, da Fazenda e das Relações Exteriores estarão reunidos em Brasília para aprovar o texto definitivo da

posição brasileira na conferência dos devedores. A idéia central da pauta brasileira admite o estímulo às manifestações de insatisfação, contrapondo-se às medidas estrangeiras de bloqueio comercial, das altas taxas de juros e dos constrangimentos no encaminhamento das gestões para cumprir compromissos de endividamento.

E esperada uma posição argentina, mexicana e colombiana com vistas à proposta de negociação coletiva. No particular, o Brasil permanecerá coerente com a diretriz já traçada no sentido da negociação individual sem imposições de condições relativas ao pagamento de taxas fixas de juros, ou capitalização parcial ou total dos serviços da dívida.

Há como se vê um clima de elevada potencialidade no sentido de se buscar soluções novas para o velho e crônico gesto de pagar, quase sempre efetuado sem nenhuma motivação. A carta que chegou aos banqueiros em Filadélfia e mais tarde foi postada para Londres, para conhecimento da refinada coleção de países ricos, ocupou espaços para onde convergirão postulações de grande lastro político. Não apenas dos posicionamentos comuns a serem adotados pela Carta de Cartagena, mas também pela alívio de cada país quando for negociar a sua problemática de dívida. Além da necessidade de continuar agindo e reagindo no mercado internacional, cada nação poderá dispor da solidariedade das demais, desde que todas têm um objetivo comum: pagar com dignidade, sem levar à desordem social os povos que em cada uma delas vivem o privilégio da cidadania e mantêm integrais as bases da soberania.